

*Nasci nas Matas nunca Tive Senhor - história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**

Eurípedes A. Funes

Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará

A história do Pacoval - à semelhança de outras comunidades remanescentes dos mocambos na Amazônia - poderia, como tantas outras, começar com: *era uma vez...* Não o do conto de fadas ou de uma mera narrativa, mas o de experiências vividas por homens e mulheres, agentes de um processo histórico até então pouco percebido.

Era uma vez negros africanos que se chamavam Basílio, Atanásio, Miquelina, Maria, Margarida, Manoel ou Alexandre. Mas esses não eram seus nomes verdadeiros, mesmo quando traziam junto o da sua pressuposta nação, como João Cassange, Manoel Congo, Maria Cabinda ou José Beijogo, entre outros. Eram nomes que faziam parte de sua nova identidade, em um novo espaço, e de sua nova condição social, a de escravos. Negros apanhados nos campos, matas e rios da distante África, em momentos de trabalho ou de lazer, *tirano ninho de marrecas*, como diz dona Dica. Separados de sua gente, expatriados, os africanos vinham para o outro lado do oceano com o destino selado: ser força de trabalho capaz de realizar os sonhos de muitos colonos europeus.

É nos campos africanos que nascem as histórias das comunidades negras da Amazônia, entre elas o Paco-

val, onde, como disse dona Gina, *os troncos velhos se acabaram, ficou essas raizinhas, sementezinhas, aí como eu, a Dica Oliveira, o Roxinho*. Raízes de uma memória, que me ajudaram a percorrer os meandros da história daquela gente; sementes que vicejam no *Marambiré* constituindo-se novos troncos, mantendo viva uma cultura que os identifica.

Aspectos, como esses e outros, tornam necessária a compreensão de um processo histórico que passa pela resistência escrava, pela constituição dos quilombos e sua não-destruição, mas concretização nas atuais comunidades negras. Temática muito pouco visitada pelos historiadores, sendo necessário: desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual, recuperando, mesmo em documentos oficiais, falas significativas dos mocambeiros. Encontrar nos depoimentos elementos que dêem conta de um passado dos mocambos e, num tempo mais recente, da consolidação das comunidades, e que permitam compreender a construção de uma identidade étnica e cultural, bem como a constituição de uma territorialidade - elementos significativos na definição de um espaço enquanto terra de negros.

* Tese (Doutorado) em História Social - USP, 1995.

Combates & Rituais

O Pacoval, localizado na margem direita do rio Curuá no município de Alenquer/PA, ocupa hoje uma área de aproximadamente 19.000 metros de frente, por 12.320 de largura e 500 de fundo. Há um pequeno povoado constituído de duas ruas paralelas ao rio e quatro transversais. Ali vivem 120 famílias, 40% dessas em união consensual, em 110 moradias, sendo que em algumas delas vivem até três famílias, perfazendo um total de aproximadamente 800 pessoas, das quais 220 são crianças com idade de 0 a 12 anos.

A maioria de seus moradores são remanescentes dos mocambeiros do Inferno, um mocambo localizado no igarapé do Inferno, afluente do rio Curuá, destruído em 1876 pelo governo provincial mediante o emprego de medidas *suasórias*.

O padroeiro do Pacoval é Santo Antonio, cuja imagem teria sido feita pelos mocambeiros, santo que sempre esteve presente na história daquela gente. No passado, foi uma espécie de guardião dos quilombolas, protegendo-os, alertando-os sobre a vinda das expedições punitivas. Em momentos de perigo *ele ficava de costa, era o sinal pro pessoal se arretirá*. Ao lado de Santo Antonio encontra-se o venerado São Benedito, ostentando a coroa símbolo do *Marambiré*. Em sua homenagem, todos os anos, de 25 de dezembro a 20 de janeiro, sai o *Cordão do Marambiré*, sendo 6 de janeiro o ponto alto da festividade, dia a ele dedicado.

Se, por um lado, o *Marambiré* simboliza uma manifestação de fé, por outro, significa a identidade do Pacoval, uma manifestação cultural que vem dos tempos dos mocambos, constituindo-se um dos elos mais fortes de vinculação do presente dessa comuni-

dade negra com o passado dos mocambos. Ele é por si um dos lugares da memória. Em seus versos encontram-se sinais significativos, não só referentes à religiosidade dos quilombolas, mas também às suas origens africanas. Essa *brincadeira* constitui-se a representação mais significativa da cultura e do sincretismo religioso visíveis no Pacoval. Elemento de identidade e etnicidade desta comunidade negra e remanescente de mocambeiros.

Desde o início de minha chegada, uma questão inquietava-me: como se relacionavam com a terra, já que a essa se vincula, também, o sentido de territorialidade, pertencimento e identidade? De imediato pude perceber a existência de dois espaços distintos: o da moradia, lugar de convívio, da sociabilidade e do lazer e o do trabalho. O primeiro constitui-se na vila e o segundo, no *centro*, assim chamado em contraponto à margem do rio.

O uso da terra é coletivo. Todo morador tem sua casa no povoado e coloca seu roçado onde houver área desocupada, de acordo com suas necessidades e sua disposição para o trabalho, com base na unidade familiar. Muitos desses roçados ficam a até duas horas de caminhada das residências, sendo comum nesses casos construir ali moradias mais precárias, já que por vários dias da semana não vêm ao povoado. O acesso à terra é reservado aos nativos, àqueles que se casam com esses e, em alguns casos, às pessoas de fora que ali se estabelecerem com o consentimento da comunidade.

O sentido de posse coletiva da terra estava expresso na fala do Sr. Santa Rita, quando lhe mostrei, em janeiro de 1992, cópia de um título de propriedade concedido pelo Estado, em fins do século passado. No momen-

to em que lhe foi dito que outros títulos poderiam existir, a sua reação, contrariamente ao que se esperava, foi de preocupação, pois na sua opinião *alguém poderia querer vender a sua parte, uma coisa que nós sempre usamos*. Nessa fala estão contidos um significado de propriedade da terra e também um sentimento de nós - nosso, o símbolo da *terra uterina*, o berço, abrigo, liberdade, dom de Deus, diferente de *terra mercadoria*. Ali a cor negra, embora hoje bastante miscigenada, e a história constituem-se certificado e garantia de posse da terra.

À medida que mantinha contato com o Pacoval, conhecendo a sua realidade, vivenciando o seu espaço e seu tempo, inteirando-me de suas manifestações culturais, seu cotidiano e seu modo de ser, a comunidade, aos poucos, revelava-me as suas origens, expressas não apenas na pigmentação de sua gente, hoje um tanto miscigenada, mas sobretudo na memória, nas lembranças dos velhos sobre histórias contadas por seus avós, sempre vinculadas a um passado: o dos mocambos; como se tivessem *vivido por tabela* aqueles acontecimentos, fazendo suas as histórias dos avós.

O estudo de uma comunidade remanescente de quilombo, através das lembranças dos netos e bisnetos de quilombolas, possibilita uma incursão em suas raízes históricas tornando vivo um passado que sempre esteve presente em suas memórias, revelando que as sociedades formadas pelos negros fugidos da escravidão não têm que, necessariamente, desaparecer com a extinção de seus respectivos mocambos. Há toda uma historicidade a ser conhecida.

Faz parte dessa estratégia a pesquisa de campo, com ênfase na utiliza-

ção da história oral, buscando entre os velhos a memória, elemento capaz de ancorar o presente no passado. Nesse sentido juntam-se à memória, por ser parte dela, os cantos, as lendas, os *causos*, a linguagem, as variadas formas de expressão, a arte de curar e outras manifestações culturais significativas para a construção do conhecimento histórico.

Trabalhar com fontes orais, sejam elas depoimentos, entrevistas, histórias de vidas, canções, lendas, é um desafio que não assusta aqueles que percebem a sua importância, não apenas para conhecer a cultura de uma sociedade, mas o que se pode construir, a partir delas, para o conhecimento do processo histórico. Sem dúvida, deve-se ter cuidado ao trabalhar com essa tipologia de fontes, mas a documentação escrita também não exige precauções? Não se trata de saber qual a mais confiável, a que garante mais informações e, sim, de perceber que as fontes orais abrem novas possibilidades para olhar o passado.

Nesse sentido é que busco através da memória, de outras fontes orais e da documentação escrita, recuperar as experiências daqueles que foram agentes de um processo histórico marcado pela resistência e pela constituição de um espaço social alternativo, não-dicotomizado, ao mundo do senhor. Nas experiências vividas está o fazer histórico.

Um dos critérios básicos para escolher os interlocutores foi o de que tivessem em comum as suas origens, descendessem de quilombolas, e fossem depositários de uma memória que, mesmo narrada de forma individual, expressasse as lembranças coletivas. *Raimunda Santana de Assis (d. Dica)*, 90 anos, neta dos mocambeiros Dio-

niso e Maria Miquelina, por quem foi criada; *José Santa Rita*, falecido em abril de 1992, aos 70 anos, neto de Manoel Rodrigues de Oliveira Martins, o Alexandre, *por causa da Alexandria lá da África*; *Raimundo da Silva Cardoso (Donga)*, 89 anos, neto do mocambeiro Benedito. Donga do Trombetas e os dois primeiros do Pacoval, entre outros narradores, com seus depoimentos contribuíram de maneira fundamental para se abrirem os caminhos do passado, tornando mais acessível o conhecimento do processo histórico das várias comunidades quilombolas, que se formaram nos rios Curuá/Cuminá-Panema; Cuminá/Paru do Leste ou Erepecuru, Trombetas, Maicuru e lagos da região.

Dona Dica, ao lembrar o tempo em que seus antepassados estiveram presos em Belém, *onde foram se apresentá ao governo pra serem libertos*, diz: *eles foram procurá trabalho, mas muitos não foram bem, olha passaram mal. Aí quando foi um dia se aborreceram, vieram de lá do tal de Rossá, vieram, chegaram e disseram pro governo que eles tinham resorvido vim embora...* Devo ressaltar que esse depoimento de dona Dica ocorreu antes de eu iniciar as pesquisas nos arquivos de Belém. Ela falava na fuga *lá do Rossá* e naquele momento eu me perguntava o que era ou significava esse termo. Na fala não tinha datação cronológica, a marcação do tempo são outras referências. Ao pesquisar os jornais de Belém, de 1876, obtive a resposta ao descobrir que os mocambeiros do Curuá, depois de presos, foram dados em depósito a Frederico Rhosard, o tal de Rossá.

A história aprendida incorpora-se à história vivida, torna-se parte da memória - memória herdada, fazendo

do passado elemento significativo de identidade.

Quando indagados sobre os antigos, a resposta que se obtém de imediato é que *eles eram gente inteligente, era gente da África*, diz Santa Rita no que é confirmado por d. Dica: *eles vieram da África, uma nação de gente que sabia tudo. Os portugueses garraaram a pegá os filhos deles quando eles tavam no campo tirando ninho de marreca. Foram trazidos pra Belém, de lá pra Santarém e depois pra vila Curuá, pra trabalhá, de onde eles saíram, subiram o rio Curuá e foram buscá melhora.*¹

Essa fala é praticamente uma síntese da trajetória de muitos negros que, ao fugirem da escravidão, buscaram as águas bravas dos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, onde constituíram os vários mocambos, ali existentes ao longo do século XIX, que tiveram sua continuidade concretizada nas comunidades negras, hoje existentes nas águas mansas desses mesmos rios. Tempo dos mocambos, tempo que os remanescentes têm como utopia, por representar o tempo da fartura, do respeito aos mais velhos, da liberdade diante das incertezas e da realidade vivenciada.

As narrativas mostram, que mesmo distorcido, o que está na memória é passado. É a representação das experiências vividas que constituem referências históricas para aqueles que rememoram. A história aprendida incorpora-se à história vivida, torna-se parte da memória, memória herdada, fazendo do passado elemento significativo de identidade.

¹ José Santa Rita, entrevista feita em fevereiro de 1992; Raimundo Santana de Assis (d. Dica), entrevista realizada em fevereiro de 1993.

Conversando com os mais velhos, lembrando as histórias narradas por seus avós, eles contam, em tom de brincadeira, sobre um escravo que, ao fugir de seu senhor, entrou numa canoa, remou a noite toda e, ao amanhecer, percebeu que não havia saído do lugar. É que na pressa da fuga havia esquecido de desamarrá-la. Todavia, muitos outros escravos conseguiram soltar seus barcos e, navegando pelos emaranhados dos rios, lagos, igarapés e paranás, fala-se paranás, conseguiram chegar aos mocambos.

Assim como aqueles mocambeiros, desatada a *igarité*, percorrendo o emaranhado das fontes e registros, busquei um caminho, navegando ora em *águas bravas* ora em *águas mansas*, que me levasse ao conhecimento do processo histórico daqueles negros fugitivos, que nos vários *infernos* constituíram suas *maravilhas*, as quais, para o Estado e os senhores, tornaram-se verdadeiras *chagas e pragas* inexpugnáveis, que se concretizaram nas atuais comunidades negras existentes no oeste do Pará.²

Foi por aí que fiz essa *viagem*, procurando situar, num primeiro momento, o espaço da pesquisa e as formas possíveis de abordagens, tomando a memória, os depoimentos, as lembranças como fontes orais que abriram caminhos para o passado, revelando fatos e significados até então invisíveis ao historiador. Aspecto que se tornou mais interessante na medida em que, ao longo do trabalho, foi possível estabelecer um diálogo entre essas fontes e aquelas escritas, buscando a complementariedade entre elas.

Para conhecer melhor essa e outras comunidades negras da região, foi necessário buscar suas raízes, vinculadas não apenas aos mocambos mas

também à escravidão. Este é o segundo momento onde, de forma breve, foram colocadas questões sobre a presença da mão-de-obra africana no Amazonas, em especial na região do Baixo Amazonas, ao analisar as estruturas dos plantéis ali constituídos, ao enfatizar a sociabilidade dos escravos, expressa na constituição da família e nos momentos de lazer destes e ao discutir a fuga enquanto forma de resistência à escravidão.

Ao discutir-se a fuga chega-se às *águas bravas*, onde se encontravam os mocambos tornando necessária a análise da rede de relacionamento tecida pelos mocambeiros, cujos fios perpassavam as sociedades indígenas, com as quais dividiam os espaços, pelo contato com os *bush negroes* do Suriname e com a sociedade escravista local. Momento em que procurei adentrar ao mundo dos mocambeiros, buscando ver ali a família, o lazer, sua inserção no meio ambiente, tendo na natureza uma aliada à sua sobrevivência e resistência.

Mediante os vários insucessos das expedições armadas, implicando grandes custos e poucos resultados, o governo buscou outras estratégias de combate às comunidades mocambeiras. Procuro, nesse momento, analisar as saídas encontradas pelo governo provincial, que, adotando a tática de medidas suasórias, impõe, em 1876, séria derrota aos mocambeiros do Curuá, quando foram presos 151 deles, 135 dos quais transferidos para Belém, onde muitos então conheceram a escravidão, já que haviam nascido nas

² Inferno - nome de vários igarapés e cochoeiras acima das quais os mocambeiros se estabeleceram. Maravilha - nome de um mocambo do rio Irambemas.

Combates & Rituais

matas do Curuá e nunca tinham tido senhores.

Após quase dois anos de luta, em que conheceram o inferno do presídio e de novos senhores, os mocambeiros do Curuá voltaram ao seu local de origem, juntaram-se a outros que ali haviam permanecido, dando origem a mais uma comunidade negra - o Pa-

coval. Pacoval do *Marambiré*, do *contraveneno*, terra de remanescentes, terra de negros. É este o último momento dessa *viagem*, onde procuro analisar a representação do espaço vivido, o sentido de pertencimento e a constituição de uma etnicidade centrada nas práticas culturais e na memória enquanto suporte de uma identidade.